



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Redes, renda e metrópole: análise da distribuição do capital médio em Curitiba/PR e Florianópolis/SC

Lucas Ponte Mesquita

Bolsista CNPq de Mestrado - Pós-Graduação em Geografia - UFPR

Juliana de Godoy

Doutoranda – Pós-Graduação em Geografia - UFPR

Sessão Temática 03: Redes de cidades e a questão metropolitana no Brasil

Resumo. O artigo trata da metropolização no contexto das redes urbanas, como forma espacial que, dentre outros aspectos, privilegia o papel dos fluxos, das conexões e das divisões territoriais do trabalho, cada vez mais globais. Traz como fator de análise a distribuição dos rendimentos médios nos setores censitários dos aglomerados urbanos de Curitiba e Florianópolis, segundo os Censos de 2000 e 2010. O recorte é analisado a partir da leitura das classificações das duas Cidades pelo REGIC, sendo escolhido, dentre outros aspectos, por se tratar de dois casos diferentes relacionados aos processos de metropolização, um mais consolidado, e outro bem recente.

Palavras-chave. Rede urbana; metropolização; renda; Curitiba; Florianópolis

Networks, income and metropolis: analysis of the distribution of average capital in Curitiba/PR and Florianópolis/SC

Abstract. The article deals with metropolization in the context of urban networks, as a spatial form that, among other aspects, emphasizes the role of flows, connections and territorial divisions of labor, increasingly global. The analysis is based on the distribution of average incomes in the census sectors of the urban agglomerates of Curitiba and Florianópolis, according to the 2000 and 2010 Censuses. The cut is analyzed from the reading of the REGIC classifications of the two cities, being chosen, among other aspects, because it deals with two different cases related to the processes of metropolization, one more consolidated, and the other very recent.

Keywords: Urban network; metropolization; income; Curitiba; Florianopolis.

Redes, renta y metrópolis: análisis de la distribución del capital medio en Curitiba/PR y Florianópolis/SC

Resumen. El artículo aborda la metropolización en el contexto de las redes urbanas, como una forma espacial que, entre otros aspectos, privilegia el papel de los flujos, las conexiones y las divisiones territoriales del trabajo, cada vez más globales. Trae como factor de análisis, la distribución de los ingresos medios en los sectores censales de los aglomerados urbanos de Curitiba y Florianópolis, según los Censos de 2000 y 2010. El recorte se analiza a partir de la lectura de las clasificaciones de las dos ciudades por REGIC, siendo elegidas, entre otros aspectos, por tratarse de dos casos diferentes relacionados con los procesos de metropolización, uno más consolidado, y el otro muy reciente.

Palabras clave: Red urbana; metropolización; renta; Curitiba; Florianópolis

1. Introdução

A palavra rede provém do latim *retis* e aparece no século XII para designar o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós, que são lugares de conexões, lugares de poder e de referência (DIAS, 2005, p.148; 2012, p.13). Entretanto, reconhece-se que as redes sempre fizeram parte da história da humanidade, seja nos tempos primitivos com os caminhos preestabelecidos por onde passavam as caças e as colheitas, seja nos rituais entre locais sagrados, ou ainda nas primeiras civilizações com as rotas comerciais entre os Impérios Gregos, Babilônios, Egípcios, etc.

Sobretudo a partir dos últimos séculos, em que a urbanização se tornou um fenômeno global e massivo, a palavra rede se une ao da urbana, e passa a ter fundamental importância na interpretação destes espaços. Destes tempos, condicionam mudanças estruturais em toda a sociedade. Mudanças estas, ampliadas e cada vez mais globais.

Entende-se também a rede urbana como uma forma espacial, isto é uma expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo dado território envolvendo mediações, ligações (CORRÊA, 1988). É via rede urbana que o mundo pode tornar-se simultaneamente desigual e integrado, isto é, frente a todos os processos atuais que vinculam os fenômenos espaciais a diferentes articulações entre: as grandes corporações, os governos legitimadores destes processos, agentes acumuladores de renda fundiária e imobiliária e por fim, a margem a massiva ação de consumo.

Do capitalismo de modelo fordista, que influenciou as transformações urbanas na década de 1960, ao modelo flexível de acumulação, há uma diferenciação na exploração de cada território que está relacionada ao desenvolvimento geográfico desigual, e que influencia na forma como as aglomerações crescem e se transformam. A recessão de 1973 significou, para os Estados centrais, desindustrialização e desemprego. Como consequência, esses países, antes centralizadores dos controles na economia, perdem parte da influência nacional nos fluxos financeiros. Empresas transnacionais, mais flexíveis que os antigos blocos de países imperialistas, ditam a dinâmica da economia mundial. É o momento em que as cidades mais importantes dos países em desenvolvimento passam a ter um papel determinante na acumulação do capital.

Sob estas perspectivas espaciais se desenvolve as duas noções-chave deste artigo: o desenvolvimento conceitual das redes urbanas interseccionando as metrópoles brasileiras e, posteriormente, como o critério renda reflete na produção destas novas desigualdades no espaço metropolitano. Na primeira parte do artigo ressalta-se a importância de um breve resgate teórico em torno do próprio conceito das redes urbanas e das distintas abordagens que se desenvolveram acerca dos diferentes espaços metropolitanos. É, com objetivos experimentais, que se busca, primeiro, interligar os estudos normativos de órgãos oficiais e a perspectiva da metropolização, visto a recente ascensão de Florianópolis como metrópole, segundo os últimos estudos de Região de Influência das Cidades.

Esta guinada metropolitana correspondente ao Arranjo de Florianópolis na REGIC, antes Capital Regional A (IBGE, 2008) para Metrópole Regional (IBGE, 2018), será uma das problemáticas debatidas e presentes neste artigo. Com objetivos de traçar algumas reflexões sobre como se enxergam as realidades dos recortes estudados, busca-se então a comparação entre o Arranjo de Curitiba, uma metrópole definida e estruturada nos anos 90 e do Arranjo de Florianópolis, recentemente nomeada como espaço de aglomeração metropolitana.

O recorte de dados escolhido para investigação consiste no critério renda, com objetivo de espacializar a desigualdade de rendimentos em espaços metropolitanos, a partir destas duas realidades diferentes. É respaldado pelo fator de que é a partir do vetor de salários que se estimula toda uma cadeia de produção do espaço metropolitano, como os empregos mais especializados (que possuem em si valores altos agregados de salários), o consumo de bens e serviços especializados (presentes em consequência destes espaços) e principalmente a oferta no mercado imobiliário e de valor de solo.

Estabelece duas frentes de análises: uma primeira comparando os diferentes arranjos populacionais; e outra, interna à metrópole, entre os diferentes setores censitários. É importante mencionar que as últimas fontes disponíveis de dados relacionados à renda por setor censitário são referentes aos Censos Demográficos de 2000 e 2010, os quais são utilizados nesta pesquisa. Reconhece-se que há um hiato temporal quanto à disponibilidade e obtenção de dados pelo Censo, cuja pesquisa mais recente foi realizada há doze anos, em relação à classificação de Florianópolis como Metrópole, realizada pelo REGIC mais recente, de 2018. No entanto, defende-se que tal desenvolvimento de pesquisa recorre ao reconhecimento da metropolização como processo (MOURA, 2002), que se institui e se intensifica em ambos os recortes anteriores à própria definição instituída pelos órgãos especializados de pesquisa.

Utiliza-se de bibliografia com âncora na teoria crítica dos estudos urbanos e regionais, como desenvolvida por Corrêa (2012), Brenner (2018), Soja (2008) e Harvey (2016) entendendo que o processo de urbanização assume diferentes formas históricas e geográficas em cada uma das fases ou configurações do desenvolvimento capitalista. São fundamentais nas análises os condicionamentos estruturais existentes nos diferentes territórios, com foco na periodicidade atual de transformações à luz da economia global, para justamente compreender este desenvolvimento teórico alinhado aos fenômenos e processos espaciais convergentes.

2. Entre Redes Urbanas e as Metrôpoles, diálogos teóricos

A presença de uma reestruturação espacial das cidades reflete em articulações que integram diferentes centralidades. Conformando a imagem nas grandes aglomerações, as centralidades pequenas na hinterlândia das metrôpoles, geram em suas densidades trocas fundamentais nas divisões territoriais do trabalho, sustentando as interesclaridades e os novos fluxos de mercadorias, de pessoas e de informações. É neste processo, conforme afirma Corrêa (1988) que a rede urbana passa a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente e articulam distantes regiões por uma crescente rede de comunicações.

Sua principal função é a da articulação espacial, deste modo estabelecendo uma unidade espacial e uma integração (em diferentes graus) regional, nacional e global (CORRÊA, 2006). Desta forma, as redes urbanas se tornam simultaneamente reflexo e condição da divisão territorial do trabalho: reflexo em virtude das vantagens locacionais diferenciadas, da verificação de hierarquias e das especializações funcionais; e condição para a DIT, pois é por meio destas que se tornam viáveis as distintas produções e circulações (CORRÊA, 2006). Estes ciclos de realização, reflexo e condição dos capitais, aliados à divisão territorial do trabalho, tendem, nos últimos anos, a serem cada vez mais internacionais, agindo minuciosamente e a cada período flexibilizando processos para dinamizar e acentuar a acumulação.

Os fluxos e os processos espaciais assumem cada vez mais um caráter de dispersão e, mesmo que abram espaço para uma forma fragmentada, ainda revelam um alto coeficiente de concentração e uma permanência na predominância na metrópole (LENCIONI, 2017; MOURA, BRANCO, FIRKOWSKI, 2005). É justamente nas relações entre concentração e centralização que surgem importantes debates sobre as realidades metropolitanas atuais.

As metrôpoles ganham destaque nesse contexto, sendo conduzidas as políticas nacionais, que concentram investimentos, mas também reorientam os arranjos regulatórios e a administração estatal para as cidades-região, que têm mais vantagens para a acumulação capitalista (BRENNER, 2004, p. 3). Para Brenner, as cidades-região se tornaram locais institucionais importantes, já que com a segmentação nacional dos espaços locais e regionais como estratégias econômicas de desenvolvimento, houve um redimensionamento do poder estatal nacional que, no que diz respeito, possibilitou a transformação das configurações em múltiplas e diferentes escalas.

As relações à luz da economia globalizada atual pressupõem pontos de concentração e difundem fluxos de diversos tipos: pessoas, mercadorias, capitais e informações. Isto é, alguns

espaços nas metrópoles encontram o ambiente adequado que materializa tais interações e metamorfoseiam o território (LENCIONI, 2017). Nestes espaços, encontram-se, o local privilegiado, o objeto de operação dos mercados globais, funções de serviços voltados às empresas, e elevado conteúdo decisório (FIRKOWSKI, MOURA, 2021). Como questionamento requer refletir sobre como o uso e valor do solo urbano, nos pontos luminosos favoráveis à dinâmica global, refletem nas desigualdades espaciais metropolitanas.

Há nestas integrações um nítido movimento de centralização do capital, que por um lado demonstram sinais de agrupamento, e, simultaneamente, se repelem em distintas áreas centrais. Lencioni (2008) menciona que estas centralizações estruturam novas áreas com importância na oferta de comércio e serviços e configuram, no conjunto da cidade, a policentralidade, a qual vem progressivamente se desenvolvendo com o crescimento populacional e funcional.

Entre termos e conceitos relacionados a estas novas configurações dos espaços urbanos, desde o início deste século Moura (2002) procura sintetizar e diferenciar de forma clara e objetiva estes dois termos principais. A autora traz o sociólogo francês François Ascher, ao definir a metropolização como este momento de maior complexidade da urbanização, e concentra capitais, atividades e população em espaços multifuncionais ligados à economia internacional. A metropolização como processo para a formação da metrópole que é a forma.

Isto é, a metrópole, pela definição da geógrafa belga Merenne-Schoumaker, como esta grande aglomeração dotada de equipamentos terciários superiores, comandando uma rede urbana e uma zona de influência extensa, conectada e interligada por fluxos de transporte facilitados. Este direcionamento aos mercados globais intersecciona diversas escalas quanto aos fluxos de capitais que se dispersam em âmbito local e conforme traz Moura (2002) desempenham bem mais funções e serviços voltados às empresas, do que àqueles voltados à população.

Tais progressos relacionados a este equipamento técnico permitiu, segundo Castells (1983) uma evolução das formas urbanas para um sistema regional de interdependência. O transporte coletivo é o meio, por exemplo, que desempenha uma função crucial na escala local e possibilita a integração de diversas zonas da metrópole. Da mesma forma, o automóvel contribui para a dispersão urbana, principalmente no que se refere às zonas residenciais. O avião para uma integração mais macrorregional e global nos fluxos de outras escalas. A extensão e a interligação das aglomerações dependem deste avanço nas tecnologias dos meios de comunicação e de transporte, e isso infere em todos os setores da economia.

No setor secundário, além da flexibilidade quanto à localização de matéria-prima e mercado, o avanço tecnológico dos meios de comunicação possibilitou a independência administrativa dos centros de gestão empresarial, que não necessariamente tem de estar no mesmo local da fábrica ou do mercado consumidor (HARVEY, 2005). Na lógica do capital, que continuamente age sob a criação de novas oportunidades de acumulação, há uma tendência atual de concentração das atividades administrativas de centros de gestão empresarial, guiando uma constante refuncionalização de centros antigos que, por vezes, entraram em deterioração devido à “ascensão de novos centros”.

Estas novas dinâmicas influem diretamente no setor terciário, em novas escalas de atuação, que exibem ofertas de novos produtos imobiliários e alterações de lógicas econômicas que redefinem práticas espaciais de consumo, não somente com a emergência destas novas áreas centrais, enquanto novas opções, mas em mão dupla entre meios de distinção social e de segmentação socioespacial através da segregação (FERREIRA, 2018). A imagem de um shopping center ou de um centro comercial suburbano, reflete a secundarização do valor de troca, complexificando modelos clássicos de interpretação do capital em prol da extensa valorização do solo urbano, e da criação de um símbolo síntese de ideais urbanos de consumo.

Os fluxos de metropolização, geralmente submissos às ordens expressas por decisões globais em sua horizontalidade, passam a priorizar a construção de atributos de competitividade

e atratividade destes grandes empreendimentos (MOURA, 2002). Estas podem ser vistas como outras respostas às acentuadas contradições sociais das áreas metropolitanas. Esta concepção ligando as centralidades em suas reconfigurações são fundamentais para entender as novas morfologias urbanas, visto que anteriormente o caráter de localização central, conforme afirma Corrêa (1989) era o essencial na competição entre firmas comerciais, e agora, adicionalmente, surge o cenário de várias localizações descentralizadas e fragmentadas.

É, como denomina Ferrier (2001), necessariamente uma nova época, uma mudança na modernidade, que leva a uma nova necessidade de compreensão, reconhecida como “pós-urbana”. A metropolização é definidora e decisiva para a história da urbanização e da civilização. Segundo Ascher (2004, p. 56), esta fase atual de mudanças, a “metapolização”, tem cinco elementos característicos: a transformação dos sistemas urbanos de mobilidade, a formação de espaços-tempos individuais, a redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais, e as novas relações de risco.

É o fruto resultante da globalização e do aprofundamento da divisão territorial do trabalho, e de um desenvolvimento regional desigual. A presença de serviços de muito alto nível reagrupa e reestrutura uma dimensão interescalar da rede urbana que impacta em todas as centralidades envolvidas. “Metápolis”, conforme afirma Ascher (2004) é a extrapolação dos limites da metropolização, que inicialmente se estende à sua periferia mais próxima. Seriam as “grandes conurbações, extensas e descontínuas, heterogêneas e multipolarizadas”. Em vias de mão dupla se concentram as riquezas humanas e materiais nas aglomerações mais importantes, enquanto se dispersam e formam novos tipos de territórios urbanos (ASCHER, 2004).

De estruturas tradicionais de cidades à metropolização do espaço, percebe-se diferenças em cada país. Assim, como observa Ferrier (2001), se para um país considerado desenvolvido, a nova “teoria geográfica da metropolização” envolve discussões sobre o uso dos automóveis e das condições das rodovias, da massificação da comunicação ou do nível dos serviços oferecidos, para os países considerados em desenvolvimento, a preocupação está na expansão das concentrações humanas, algumas em aglomerados informais, outras numa vasta mancha de desigualdades de renda ou pontos individuais de concentração do capital. No Brasil, tanto o papel das rodovias são intrínsecos ao debate, quanto os pontos de concentração de renda que estruturam e produzem nós da escala global nestas recentes aglomerações dotadas de equipamentos terciários superiores.

3. Arranjos Populacionais Metropolitanos e Estudos Analíticos

Estudos que exploram e se propõe a analisar as redes urbanas não são novos, nem recentes no Brasil. Como afirma Egler et. al. (2011) há uma tradição consolidada de estudos geográficos que se dedicam a esta temática, desde os trabalhos de Milton Santos em 1959, ou Pedro Geiger em 1963. O IBGE é o órgão síntese brasileiro ao se abordar sobre qualquer temática ou estudo de realidades espaciais, e quanto à rede urbana não seria diferente. Desde 1960 há, por exemplo, uma constância nas publicações sobre as Regiões de Influência das Cidades, com publicações sequenciais desde os anos 80 em cada década.

Há, ainda, três séries de publicações que se preocupam em reunir uma coletânea de diversos estudos sobre a rede urbana e que possuem base científica vinculada a órgãos oficiais de pesquisa como o IBGE e universidades. A primeira, publicada nos anos 2000, é a série intitulada de *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* e teve um total de seis volumes. Fruto de uma parceria entre o IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) a série se debruça sobre como a rede urbana de um país reflete em grande medida o nível de integração dos sistemas produtivo, financeiro e sociocultural em seu território (IPEA, 2000).

A segunda a se destacar é a série intitulada de *Dinâmica Urbano-Regional: Rede Urbana e suas Interfaces*, publicada em 2011, que traz novas atualizações frente a primeira de dez anos atrás, organizada por Rafael H Pereira e Bernardo A Furtado, em vinculação também ao IPEA. Por fim, cabe destacar a terceira publicação do IBGE, que traz a rede urbana como alicerce teórico, mas se dedica essencialmente aos “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil”, publicados em 2015 pelo instituto.

Este último cria e adota um roteiro metodológico coerente de recorte e regionalização territorial e utiliza dados confiáveis do Censo de 2010 para classificar as aglomerações urbanas brasileiras. Freitas-Firkowski (2020) salienta sobre a relevância deste estudo no fato de reconhecer que há novas espacialidades para além das metropolitanas, ou seja, tal estudo permite ao pesquisador coletar elementos que fundamentam a tese da metropolização do espaço, e da variedade de novas configurações espaciais que não podem ser reduzidas ao mesmo tipo, o da metrópole.

A história da identificação das grandes aglomerações urbanas pelo IBGE passa pelas seguintes fases: 1969 – Delimitação das áreas metropolitanas, 1975 – Delimitação das aglomerações urbanas, 2006 – Áreas de Concentração de População, 2014 – Arranjos Populacionais. A caracterização e delimitação sobre os arranjos consideram fatores essenciais, como: integração entre os polos, as mobilidades pendulares e a contiguidade de manchas urbanas, isto é, bordas definidas pela presença de edificações e áreas construídas devem estar à distância menor que três km.

Estes volumes densos e completos são inclusive uma das interfaces que se propõe a analisar a configuração da rede urbana brasileira, de seus reflexos em espaços metropolitanos, dos sistemas e papéis de cidades, ou de diagnósticos geoeconômicos. Outra fonte consiste nas próprias produções acadêmicas vinculadas às instituições de ensino superior, como teses, dissertações, artigos, periódicos, etc. Como afirma Egler et. al. (2021) a revisão dessas pesquisas é importante não apenas por orientar a realização de diagnósticos mais precisos da realidade urbana e regional do país, mas porque também contribui na construção de bases para orientações de políticas públicas no desenvolvimento regional brasileiro ao fazer releituras e pesquisas consolidadas.

Os resultados de estudos normativos de órgãos oficiais reproduzem a diversidade da dinâmica territorial do Brasil, além de fornecer informações que retratam a realidade dos arranjos espaciais. Outro aspecto importante a se destacar nestes estudos são a sua coerência com o processo de metropolização, que independe dos limites políticos, e perspectivas alinhadas a regiões de articulação urbana, que destacam informações essenciais de relações entre as cidades, como os distintos papéis de comando de alguns centros urbanos no território.

Especialmente a respeito destas bases teóricas, é importante então resgatar três pontos essenciais que refletem e oferecem chaves de entendimento sobre a realidade da rede urbana brasileira e dos arranjos populacionais metropolitanos. O primeiro é a influência teórica inicial que fundamenta o início dos estudos, que consiste em uma colaboração que se sustentou nos anos 50, 60 e 70 de pesquisadores brasileiros com instituições ou pesquisadores franceses vinculados à escola do *aménagement du territoire*¹, e um olhar do que se intitula de nova geografia econômica privilegiando termos como fluxos.

O segundo consiste na diferenciação das três teorias que dão base a boa parte destes estudos e converge com a nossa perspectiva teórica, que são a Teoria dos Lugares Centrais, de Christaller, 1933; a Teoria dos Pólos de Crescimento, de Perroux, 1978; e o Modelo de Rede Urbana de Losch, 1954. Nos últimos anos é importante considerar também a atualização das localidades centrais publicada por Peter Taylor, Michael Hoyler e Raf Verbruggen, intitulada *Teoria*

¹ Ordenamento do território

dos *Fluxos Centrais*, de 2010 e presente como referência na última publicação da região de influência das cidades (IBGE, 2018).

Por fim, o terceiro ponto essencial de entendimento, é um resgate sobre os marcos temporais decisivos que estruturam a rede urbana brasileira. Nos anos 70 que se intensifica o processo de reestruturação espacial, com as mudanças ocorridas no setor agropecuário gerando o esvaziamento de extensas áreas rurais e o direcionamento do processo migratório para centros urbanos, gerando áreas de elevada densidade demográfica.

Deste período que se herdamos na região Sul, uma modernização da base técnica de produção e grande expansão de culturas, entrada e comercialização de commodities, a agroindustrialização, apoiada pelo surgimento e diversificação de parques industriais com ramos modernos da linha metal-mecânica (IPEA, 2000). Nestes processos é vital enxergar o papel da intensificação das trocas globais, com consequente barateamento de transportes e a disponibilidade a baixos custos de novas tecnologias de comunicação e informação.

Os primeiros estudos elaborados pelo IBGE, das Regiões de Influência das Cidades (REGIC), datam justamente desta temporalidade dos anos 70. Suas análises e categorizações entre centros, áreas de atuação, utilizando critérios como centralidades do poder público e empresarial são transversais a todos os estudos. Recentemente, nos últimos, inclui-se a presença de equipamentos e serviços. A análise comparativa entre as diferentes publicações e as distintas hierarquias das cidades classificadas é resumida no Quadro 1:

Quadro 1 - Resumo das classificações das centralidades segundo os REGIC (fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE)

REGIC 2018 (IBGE, 2020) Classificação	REGIC 2007 (IBGE, 2008) Classificação	REGIC 1993 (IBGE, 2000) Classificação (níveis de centralidade)	REGIC 1987 (IBGE, 1987) Classificação	REGIC 1972 (IBGE, 1972) Classificação
Grande Metrópole Nacional São Paulo	Grande Metrópole Nacional São Paulo	Máximo Redes urbanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba , Porto Alegre, Goiânia, Salvador, Recife e Fortaleza (cabeças de rede)	Metrópoles Nacionais São Paulo e Rio de Janeiro	Nível 1
Metrópole Nacional Brasília e RJ	Metrópole Nacional RJ e Brasília	Muito Forte Ex.: (Rede de Curitiba) Londrina, Maringá, Florianópolis	Metrópoles Regionais Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia.	Grande Metrópole Nacional São Paulo
Metrópole	Metrópole	Forte	Centro Submetropolitan o	Metrópole Nacional

12 Cidades Ex.: Curitiba/PR Florianópolis/SC	Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba , Goiânia e Porto Alegre		Ex.: Londrina	Rio de Janeiro
Capitais Regionais	Capitais Regionais	Forte/Médio	Capital Regional	Centros metropolitanos regionais
97 Cidades	70 centros Ex: Florianópolis (Capital Regional A)		Ex.: Florianópolis	Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre
Centros Sub-Regionais	Centro Sub-Regional	Médio	Centro Sub-Regional	Centros macrorregionais
352 Cidades	169 centros			Curitiba , Fortaleza, Belém e Goiânia
Centros de Zona	Centro de Zona	Médio/Fraco	Centro de Zona	Nível 2 - Centros regionais
398 Cidades	556 cidades	Fraco		
Centros Locais	Centro Local	Muito Fraco		Centros 2a
4.037 centros urbanos	4.473 cidades			Ex: Florianópolis
				Centros 2b
				Nível 3 - centros sub-regionais
				Nível 4 - centros locais

A análise das classificações das Redes de Influência das Cidades (REGIC, IBGE) demonstra as diferenças entre as relações estabelecidas por Curitiba e por Florianópolis ao longo das décadas. Os cinco documentos publicados pelo IBGE desde 1972 (REGIC 1972, 1987, 1993, 2007 e 2018) revelam, além da expansão da influência das Cidades, uma mudança na Rede de Curitiba em relação à sua atuação na Rede de Florianópolis.

No documento REGIC de 1972, Curitiba já era classificada como centro macrorregional, de nível 1, enquanto Florianópolis aparece como Centro Regional 2a (assim como, na época, Blumenau), de nível 2. Segundo o documento, a influência de Curitiba se estendia para além do Paraná, avançando em parte de Santa Catarina (exclui-se o extremo sul e extremo oeste que fazem parte da região de influência urbana de Porto Alegre).

Entretanto, é na REGIC publicada em 1987 que Curitiba ascende a uma categoria metropolitana, como uma Metrópole Regional, antes apenas Porto Alegre era considerada a única metrópole na região Sul. Florianópolis neste, e nos próximos dois estudos, ainda permanece sob a ótica de capitais regionais com regiões de influência estritamente próximas. Esta configuração também é a mesma que outros polos importantes do estado, como Blumenau, Joinville, Chapecó, Lages, Criciúma/Tubarão.

No documento de 1993, Curitiba já atinge o nível de centralidade classificado como cabeças de rede ou nível máximo na REGIC. Florianópolis recebe a categorização de nível de centralidade muito forte, porém ainda subordinado a região de influência de Curitiba. Ambos os status de hierarquia se mantêm na REGIC publicada no ano de 2008. A grande diferenciação nesta última publicação consiste na subdivisão interna entre as metrópoles brasileiras, incluindo o

alcance de seus fluxos metropolitanos entre predominâncias ao nível de escala global, nacional ou regional. São Paulo aparece como a Grande Metrópole Nacional, e o Rio de Janeiro e Brasília na segunda classificação, de Metrópole Nacional. O arranjo de Curitiba é classificado como Metrópole, enquanto o de Florianópolis como Capital Regional A.

No REGIC de 2018 a classificação dos dois primeiros níveis se repete: Grande Metrópole Nacional e Metrópole Nacional. O arranjo populacional de Curitiba permanece no mesmo nível metropolitano. No entanto, é Florianópolis que agora passa a ser classificada também como Metrópole, significando, portanto, uma intensificação na sua rede de influência ao longo dos últimos anos. A respeito das duas redes, há que se pontuar que ainda existem grandes diferenças, tanto pela economia quanto pelas relações estabelecidas em cada contexto. A Metrópole de Curitiba, por exemplo, é a quarta colocada nacionalmente em tamanho da economia (PIB de R\$ 410 bilhões por ano) e engloba três vezes o tamanho populacional de Florianópolis. A Tabela 1 sintetiza algumas informações comparativas entre as redes urbanas dos dois Arranjos Populacionais.

Tabela 1 - Dados comparativos entre as redes de influência dos dois arranjos populacionais de Curitiba e Florianópolis (fonte: elaborado pelos autores com dados do IBGE)

	Arranjo Populacional de Curitiba	Arranjo Populacional de Florianópolis
População da Região de Influência (2018)	11 654 092	7 138 738
População do Arranjo Populacional (2018)	3 430 082	1 036 775
Capitais Regionais	5	10
Centros Sub-Regionais	30	16
Centros de Zona	32	27
Cidades	373	265
Área (km ²)	210 851,5	96 954,4
PIB per capita (R\$)	35 143,78	36 348,80
PIB total (R\$1 000)	409 568 832,00	259 484 525,00
% PIB Metrópole em sua Região de Influência	35,49	14,05

Isto é, para além dos dados quantitativos sintetizados acima, é preciso enxergar a diferença entre o dimensionamento das duas redes urbanas. A rede urbana de Curitiba, estabelecida como metropolitana nos anos 70, responde diretamente a uma influência estadual, e abarca principalmente o total do Estado do Paraná, com penetração no Estado do Mato Grosso do Sul, onde subordina três centros urbanos e no norte de Santa Catarina, incorporando centros locais na sua divisa (IBGE, 2020). Nesta incorporação de influência das cidades, o AP de Curitiba inclui sob sua rede: três importantes Capitais Regionais B, de Londrina, Maringá e Cascavel; duas Capitais Regionais C, como do Arranjo Populacional Internacional de Foz do Iguaçu/Brasil - Ciudad del Este/Paraguai, e de Ponta Grossa, conforme demonstra a Figura 1.

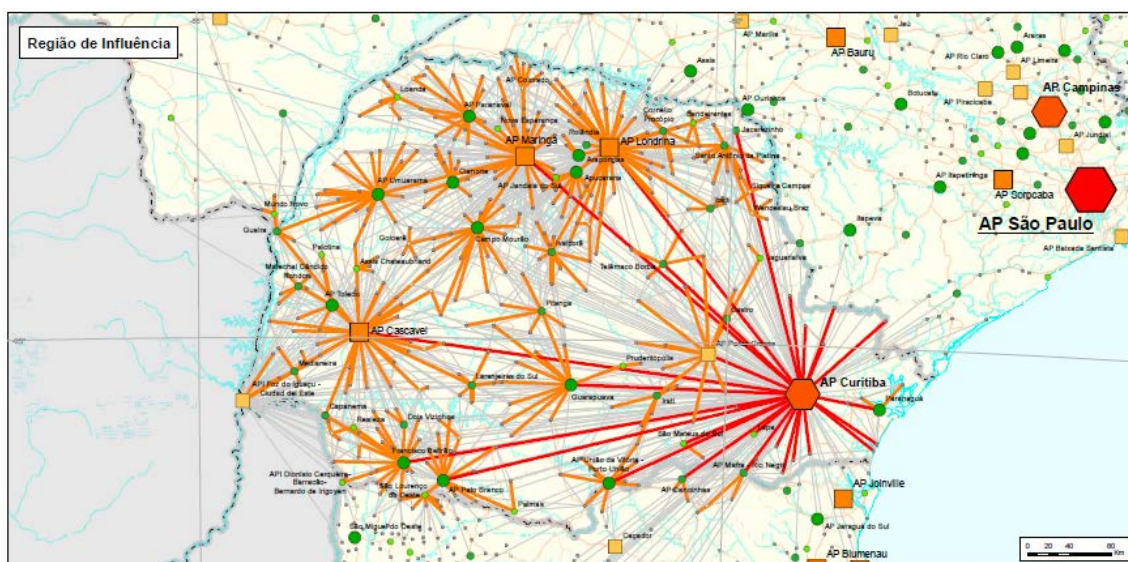


Figura 1 - Arranjo Populacional de Curitiba/PR (fonte: IBGE, 2020)

Configurada em um caráter equilibrado, comportando-se como uma forma clássica de território das localidades centrais, com uma metrópole atraindo hierarquias intermediárias que dependem da distância de outros centros, formando-se suas novas redes mais locais. Com isso, Curitiba apresenta uma distribuição de renda menos desigual dentro do Estado, ao comparar ao restante do País, que segue um padrão hiperconcentrado (IBGE, 2020).

O Estado de Santa Catarina apresenta o padrão mais distribuído do território nacional entre a influência de suas regiões e a distribuição de renda no estado. Isto é, até a publicação de 2018, o Estado possuía sob uma mesma hierarquia três capitais regionais, incluindo aqui Florianópolis. Na última REGIC de 2020, com a ascensão metropolitana da capital, estabelece essa diferenciação entre os polos, onde as diversas Capitais Regionais presentes no Estado para as quais convergem as ligações das Cidades de menor hierarquia e, a partir dessas Capitais Regionais, estabelece-se a influência de Florianópolis (IBGE, 2020).

No entanto, reflete em seu grande dinamismo econômico, fazendo com que Florianópolis contribua com apenas 14,1% do PIB da sua região de influência, configurando na menor participação do núcleo metropolitano comparando-se com as demais redes urbanas de primeiro nível hierárquico. Significa afirmar que existe uma melhor distribuição da geração das riquezas entre as distintas capitais regionais que se mantém sob sua influência, daqui destacam-se o Arranjos Populacionais de Chapecó/SC, de Criciúma/SC no sudeste do estado, de Joinville/SC no nordeste de Blumenau/SC e o Arranjo Populacional de Itajaí - Balneário Camboriú/SC. A Figura 2 a seguir apresentam a dimensão espacial da rede de Florianópolis, retirada diretamente da publicação da REGIC 2018 (IBGE, 2020):

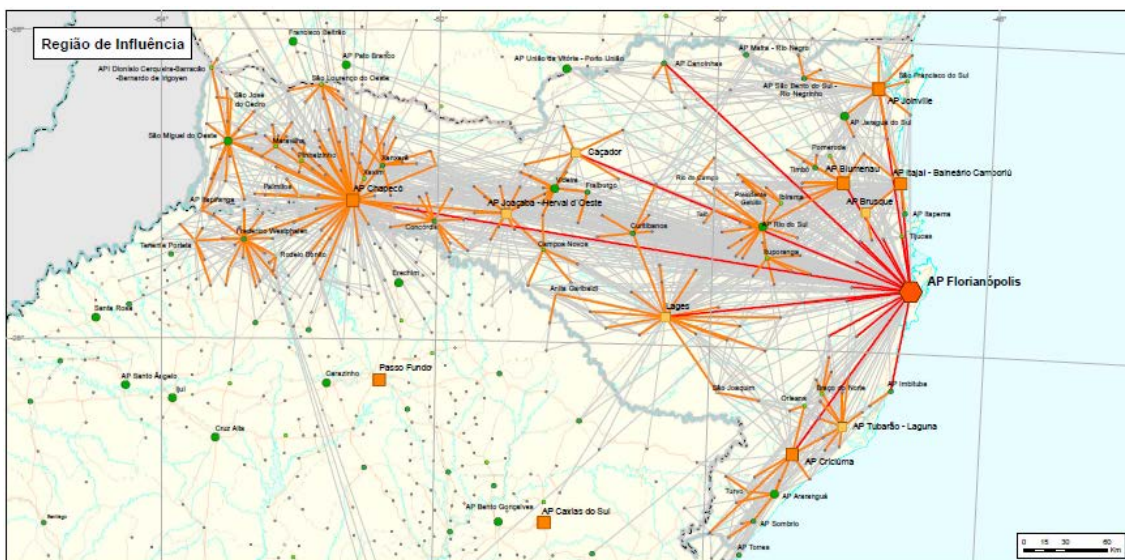


Figura 2 - Arranjo Populacional de Florianópolis/SC (fonte: IBGE, 2020)

Florianópolis, segundo a classificação dos documentos do REGIC, desde 1972 se insere na rede de influência de Curitiba. A análise do seu processo de metropolização, portanto, deve considerar esse contexto, e o alto dinamismo que se estabelece no entremeio entre as duas metrópoles. No início deste século, Rosa Moura já considerava Florianópolis como uma aglomeração pré-metropolitana, inserindo neste contexto o papel das aglomerações do leste catarinense que dinamizam uma estrutura espacial dispersa: de Joinville, do Vale do Itajaí e Blumenau (MOURA, 2002).

A análise dos processos das duas metrópoles em questão, Curitiba e Florianópolis, revela, entre outros aspectos, duas fases distintas de metropolização. Como observa Moura (2002) formaram-se no Brasil “arranjos urbanos-regionais” visando atender às demandas da economia globalizada, sendo o papel do Estado importante na implementação e modernização das infraestruturas necessárias. Ela observa que essa seleção dos aglomerados beneficiados com a inserção em uma rede nacional acabou por concentrar recursos, população, empregos, tecnologias, o que provoca ou amplia a desigualdade entre os aglomerados.

Curitiba iniciou sua inserção neste processo na década de 1970, com uma gestão municipal que privilegiou o planejamento e o zoneamento da cidade, bem como com a criação de um bairro intitulado Cidade Industrial de Curitiba. Na década de 1990 este processo se intensificou quando as indústrias foram deslocadas para municípios da Região Metropolitana, principalmente os complexos industriais automotivos. Não houve, segundo Freitas-Firkowski (2002) uma desconcentração industrial do ponto de vista do estado do Paraná na mudança do padrão industrial na década de 1990. As indústrias são apenas deslocadas do município de Curitiba, mas continuam no Aglomerado Metropolitano, principalmente em São José dos Pinhais, que concentrou 35% contra 19% em Curitiba em relação à instalação das indústrias na RMC em 2000 (FREITAS-FIRKOWSKI, 2002).

Em estudo recente divulgado pelo IBGE relacionado ao Produto Interno Bruto dos municípios, as duas maiores posições no estado do Paraná referem-se a estes dois municípios que concentram uma grande parte das indústrias no Aglomerado Metropolitano: Curitiba e São José dos Pinhais. O Paraná, segundo IBGE (2022) tem nove municípios entre os 100 mais ricos do Brasil, Curitiba ocupa a sexta posição e São José dos Pinhais ocupa a 46ª posição no Brasil.

A indústria de Santa Catarina passou a se ampliar e diversificar a partir da década de 1940. A partir de 1962 o Estado passa a intervir na economia, já que a infraestrutura básica existente não estava preparada para essa diversificação (FILHO, 2003). Essa mudança no padrão do crescimento das indústrias de Santa Catarina tem relação com as mudanças também no nível

nacional. Porém, diferente de Curitiba, não há uma concentração única das indústrias. Ao considerarmos como parâmetro a classificação do REGIC, como anteriormente, em 1972, por exemplo, vemos também o reflexo do investimento na industrialização catarinense em centros como Blumenau, considerado de nível 2a (como Florianópolis), e em Joinville, Lages, Joaçaba classificados como 2b (IBGE, 1972).

Já o processo de metropolização de Florianópolis segue um padrão diferente do que ocorreu com o caso de Curitiba, não estando relacionado à localização da indústria no Aglomerado Metropolitano, mas que claramente se relaciona à sua rede de influência ao longo dos anos, como confirma as análises dos REGIC realizadas anteriormente. O impulso da expansão da mancha urbana para a região de Florianópolis aumenta principalmente a partir da década de 1970, com a expansão do sistema viário, e que também é o período da construção da BR-101, que faz a ligação com Porto Alegre e Curitiba. Muda a dinâmica de ocupação, com novos loteamentos implantados nos municípios vizinhos à capital, principalmente São José, Palhoça e Biguaçu (IPEA, 2019).

Há, portanto, uma forte possibilidade de relação do processo de metropolização de Florianópolis com o fato de fazer parte da rede de influência da metrópole de Curitiba por alguns anos e não com a localização da indústria no Aglomerado Metropolitano, como foi o caso das metrópoles consideradas tradicionais pelo seu modelo econômico. Florianópolis, por exemplo, tem apenas 8,77% de participação da indústria nas suas atividades econômicas, segundo o Observatório da FIESC (2021), sendo 75,76% da participação relacionada a serviços e 15,18% ao setor administrativo. Todavia, apresenta as características de metropolização contemporânea, inclusive intenso movimento pendular entre os municípios conurbados e intensa produção de áreas urbanizadas no entremeio do arranjo. No próximo item, as análises se direcionam justamente a olhar para estas expansões urbanas, e para a diferenciação de renda consequente deste processo de metropolização dos dois arranjos.

4. Renda, Redes e a Metropolização

Entre o processo de metropolização, suas funções e definições de forma é inerente o debate da criação de formas urbanas. Sobre esta relação entre forma e função, com base em Henri Lefebvre, Lencioni (2017, p. 34) observa que hoje a indústria não é mais concentradora. Ao contrário, sua característica é de dispersão e de “desconcentração territorial”, o que também está relacionada à forma metropolitana, que hoje tornou-se dispersa. A metrópole atual, segundo a autora, não é mais o lugar da indústria e das possibilidades de emprego. Mas, ainda assim, a produção do espaço metropolitano faz parte da estratégia de sobrevivência do capital, tendo em vista as possibilidades de empreendimentos imobiliários.

A Figura 3, que segue, compara a expansão das duas áreas urbanizadas, segundo dados do IBGE. Florianópolis, por suas características geográficas, possui restrições de relevo que interferem intrinsecamente em sua expansão urbana, mas percebemos um forte crescimento nos municípios que compõem o aglomerado urbano. Há nos dois Arranjos Populacionais uma intensificação do processo de criação de áreas urbanizadas entre 2005 e 2019, que irá repercutir nos setores censitários que serão analisados posteriormente.

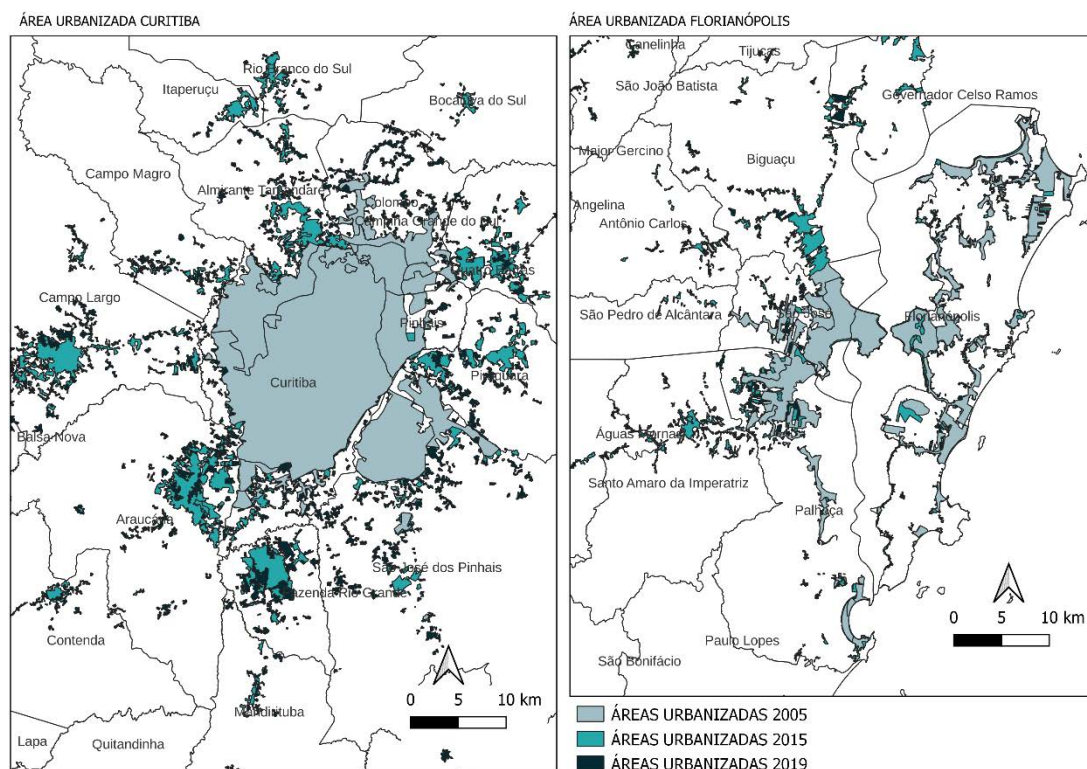


Figura 3 – Áreas urbanizadas de Curitiba e Florianópolis (fonte: elaborado pelos autores com dados do IBGE)

Num geral, as produções de áreas urbanizadas nas metrópoles se intensificam com tons de azuis mais escuros (pós-2015) nas extremidades do que chamamos de primeiro anel metropolitano, ou seja, dos municípios que fazem limite com o núcleo metropolitano: Campo Largo, Araucária, Fazenda Rio Grande, Piraquara, Quatro Barras e Almirante Tamandaré, no AP de Curitiba e os eixos entre Palhoça-Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu-Governador Celso Ramos e São José-São Pedro de Alcântara no AP de Florianópolis apresentam estes tons mais escuros, e uma maior expansão urbana pós-2015.

O comparativo dos rendimentos médios por setor censitário dos aglomerados urbanos de Curitiba e Florianópolis, portanto, deve servir como base para a análise que segue. Para este estudo, foram utilizados os dois últimos Censos, de 2000 e de 2010. Em análise mais geral, com relação aos municípios que compõem os dois arranjos, a renda é distribuída mais uniformemente no aglomerado urbano de Florianópolis, como segue no Quadro 2:

Quadro 2 - Rendimento nominal mediano por município dos aglomerados urbanos de Curitiba e Florianópolis – 2000 e 2010 (fonte: elaborado pelos autores com base no IBGE)

Valor do rendimento nominal mediano mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal				
	Em R\$		Em salário mínimo vigente do ano	
			R\$ 151	R\$ 510
Aglomerado urbano Curitiba	2000	2010	2000	2010
Almirante Tamandaré	302,00	800,00	↓	2,0 → 1,6
Araucária	365,00	900,00	→	2,4 → 1,8
Balsa Nova	300,00	780,00	↓	2,0 → 1,5
Bocaiúva do Sul	250,00	650,00	↓	1,7 ↓ 1,3
Campina Grande do Sul	340,00	800,00	→	2,3 → 1,6
Campo Largo	350,00	800,00	→	2,3 → 1,6
Campo Magro	300,00	750,00	↓	2,0 ↓ 1,5
Colombo	350,00	800,00	→	2,3 → 1,6
Contenda	250,00	600,00	↓	1,7 ↓ 1,2
Curitiba	500,00	1 100,00	↑	3,3 ↑ 2,2
Fazenda Rio Grande	350,00	800,00	→	2,3 → 1,6
Itaperuçu	300,00	700,00	↓	2,0 ↓ 1,4
Mandirituba	280,00	600,00	↓	1,9 ↓ 1,2
Pinhais	400,00	900,00	→	2,6 → 1,8
Piraquara	310,00	800,00	↓	2,1 → 1,6
Quatro Barras	350,00	800,00	→	2,3 → 1,6
Rio Branco do Sul	300,00	700,00	↓	2,0 ↓ 1,4
São José dos Pinhais	388,00	900,00	→	2,6 → 1,8
Aglomerado urbano Florianópolis	2000	2010	2000	2010
Águas Mornas	302,00	750,00	↓	2,0 ↓ 1,5
Antônio Carlos	400,00	1 000,00	→	2,6 ↑ 2,0
Biguaçu	400,00	900,00	→	2,6 → 1,8
Florianópolis	500,00	1 100,00	↑	3,3 ↑ 2,2
Governador Celso Ramos	320,00	800,00	↓	2,1 ↓ 1,6
Palhoça	400,00	1 000,00	→	2,6 ↑ 2,0
Paulo Lopes	300,00	850,00	↓	2,0 ↓ 1,7
Santo Amaro da Imperatriz	400,00	953,00	→	2,6 → 1,9
São José	480,00	1 000,00	↑	3,2 ↑ 2,0
São Pedro de Alcântara	400,00	750,00	→	2,6 ↓ 1,5

A análise dos dados sobre o valor do rendimento nos mostra que, no caso do Aglomerado Urbano de Curitiba, de 2000 a 2010, a capital é o único município que se mantém entre os valores acima da média. Alguns municípios como Balsa Nova, Piraquara e Quatro Barras, aumentam o seu padrão de rendimento, mais próximos à média. Revela, portanto, que a concentração no núcleo se mantém.

No caso do Aglomerado Urbano de Florianópolis, devemos considerar que o período analisado ainda não se refere ao período de classificação como Metrópole pelo REGIC, mas que entre 2000 e 2010 já existia um processo de metropolização inicial. No período analisado, portanto, há um maior número de municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis cujos rendimentos médios mensais variam acima da média, o que é o caso de Antônio Carlos e Palhoça. As variações negativas para abaixo de dois salários mínimos pautadas no AP de Florianópolis ocorrem em

apenas quatro dos dez municípios. Ao contrário do AP de Curitiba, em que essa variação foi bem mais evidente, alcançando quase a totalidade dos municípios do AP.

Quando observamos as distribuições por setor censitário dos dois aglomerados segundo a comparação entre 2000 e 2010, a maior diferença perceptível refere-se a uma maior disponibilidade de dados sobre a renda dos setores censitários na dimensão inteira dos Arranjos, e não apenas circunscrito aos centros dos municípios. Isto é, em 2000 os mapas apresentam bastante espaços em branco, onde não havia a disponibilidade de dados dos setores censitários quanto à renda; em 2010, no entanto, com um maior processo de expansão urbana e densificação interna há melhores possibilidades de análises na escala do Arranjo.

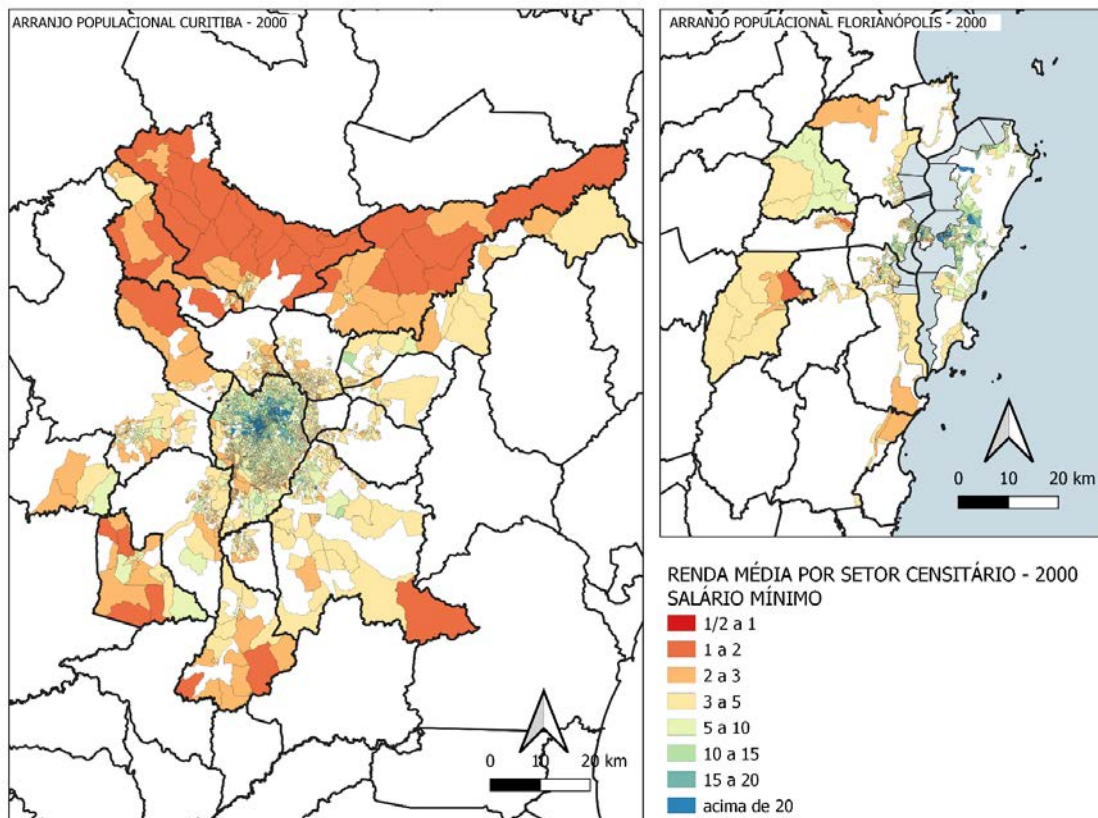


Figura 4 - Mapa de renda por setor censitário - Curitiba e Florianópolis – 2000 (fonte: elaborado pelos autores com dados do Censo 2000)

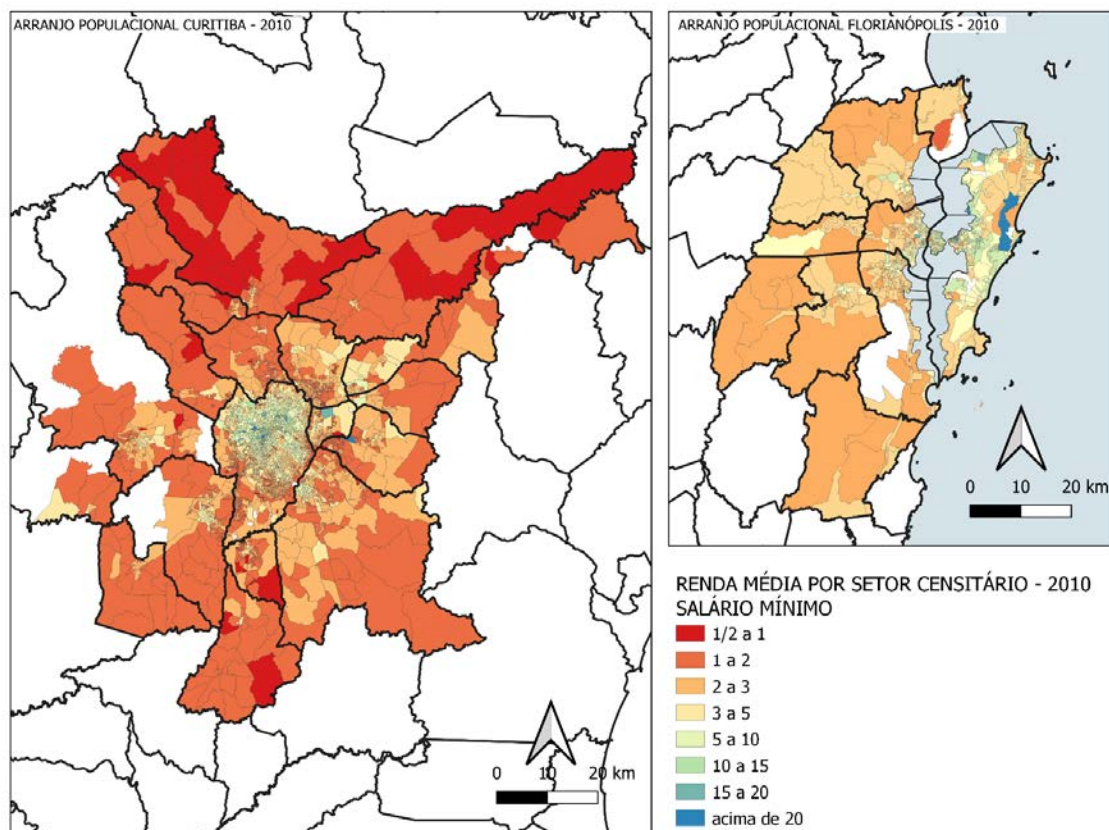


Figura 5 - Mapa de renda por setor censitário - Curitiba e Florianópolis – 2010 (fonte: elaborado pelos autores com dados do Censo 2010)

De acordo com os dados censitários do Censo de 2000 e 2010, percebemos pelas Figuras 4 e 5, numa análise macro mais geral no AP de Curitiba, uma intensificação da segregação e da periferização na metrópole, onde aumenta potencialmente o número de setores censitários com menos de 2 salários mínimos em todos os municípios que compõem o AP. É nítido nestas análises também uma maior homogeneidade de setores censitários com grandes áreas (não necessariamente populações) de baixos salários mínimos (em vermelho) nas extremidades norte e sul do AP. Os maiores cenários de variação para rendas menores de dois salários mínimos (vermelhos mais escuros) entre 2000 e 2010 estão nos limites próximos de Almirante Tamandaré com o município de Curitiba, os setores censitários mais nas extremidades de Fazenda Rio Grande, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Bocaiúva do Sul, e no município de Piraquara num geral.

Desenvolve-se no arranjo em geral uma tendência clara de continuidade e uniformidade, na perspectiva clássica da lógica espacial centro periferia quanto a variação da renda aumentando ao se aproximar do núcleo central. Dialoga-se neste sentido, a noção de que mais próximo ao núcleo da metrópole Curitiba, as relações de redes de interdependência metropolitanas refletem em um maior aumento nas médias censitárias de renda. Municípios como São José dos Pinhais, Pinhais, Fazenda Rio Grande e Colombo apresentam os tons mais claros (maiores rendas) nas proximidades dos limites com Curitiba, em 2010. Nos três primeiros municípios descritos, estes tons mais claros também estão associados ao desenvolvimento de suas centralidades municipais. Colombo, no entanto, apresenta a maior parte de sua população nas proximidades com o limite de Curitiba, e os tons mais claros num geral próximos a centralidade clássica (sede da Prefeitura) que não é a mesma da divisa municipal com Curitiba.

Araucária e Campo Largo também refletem esta tendência, onde a sua centralidade municipal e adjacências é a que agrega os tons mais claros (maiores rendas) e apresenta tons de vermelho (menores rendas) próximo ao limite de Curitiba. Piraquara é o que apresenta o maior contraste, onde seu setor censitário próximo a metrópole é o que se configura de menor renda de todo o município.

No caso de Florianópolis, há uma concentração na ilha e nos bairros próximos às pontes que dão acesso. Esta concentração foi identificada por Henrique (2007) em suas análises ao apontar um maior desenvolvimento econômico em São José, por quatro motivos principais: sua localização geográfica estratégica (no centro da conurbação), a presença de um parque tecnológico e industrial, um Centro de ensino (Universidade Pública Municipal), e o Centro de decisões, da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Num geral, no AP de Florianópolis há uma maior homogeneidade de renda na variação entre 2000 e 2010 com aumento nos setores censitários acima de dois salários mínimos, perspectiva contrária à de Curitiba. Uma segunda possibilidade de análise que segue consiste no procedimento de diminuir a escala e se aproximar do núcleo, para se obter mais detalhes destes setores censitários mais contínuos. É nesta análise que será possível enxergar tais pontos de fragmentação no AP de Curitiba, visto a sua extensa área territorial. Nos mapas a seguir apresenta-se tais comparações entre 2000 e 2010, com a escala ampliada.

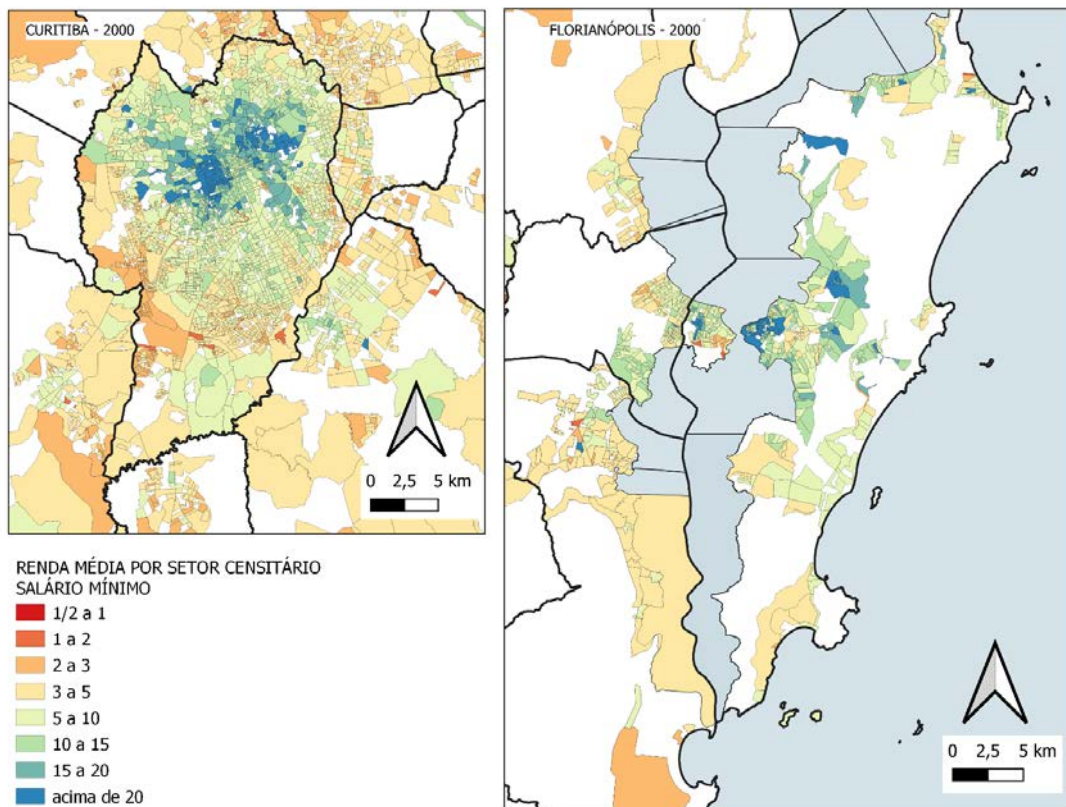


Figura 6 - Ampliação do mapa de renda por setor censitário - Curitiba e Florianópolis – 2000 (fonte: elaborado pelos autores com dados do Censo 2000)

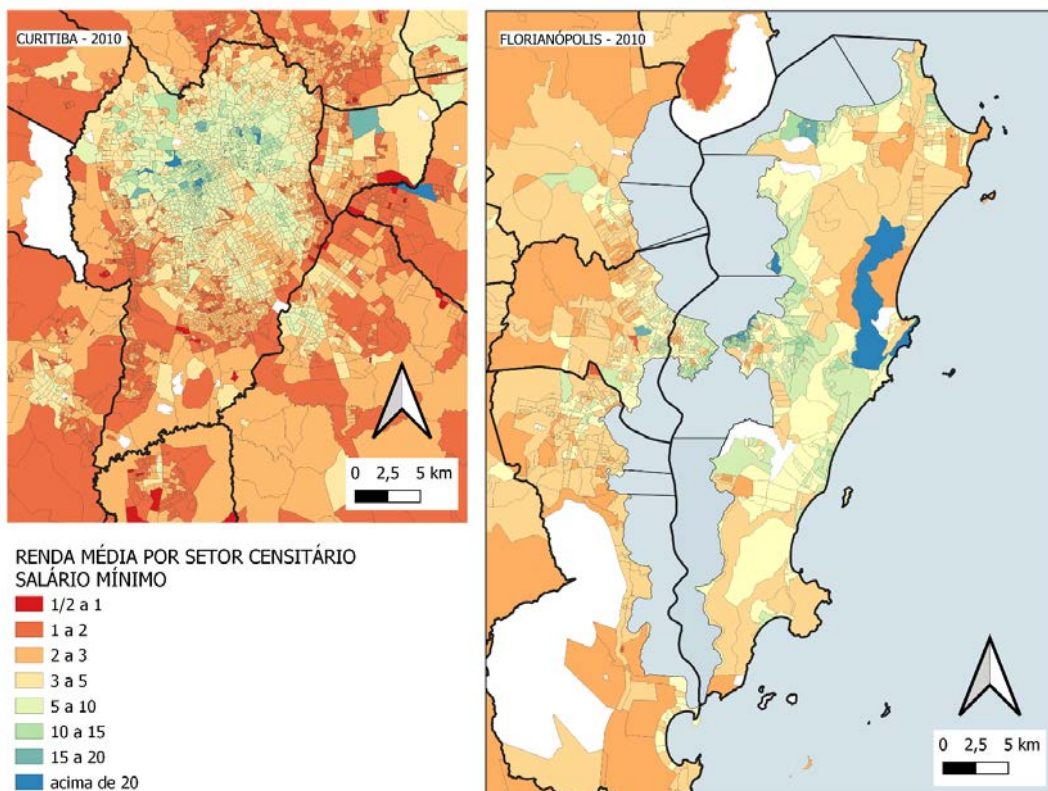


Figura 7 - Ampliação do mapa de renda por setor censitário - Curitiba e Florianópolis – 2010 (fonte: elaborado pelos autores com dados do Censo 2010)

Quando ampliamos a escala e aproximamos do núcleo, percebemos os setores de maior concentração com mais detalhes fora dos núcleos, tanto de Curitiba quanto de Florianópolis, com renda superior a 15 salários mínimos, que revelam tendências de segregação das classes dominantes em novas áreas de valorização imobiliária. No AP de Curitiba se percebem dois pontos bem específicos com tons azuis mais escuros, um em Pinhais referente ao setor censitário que abriga o Alphaville Graciosa, bastante loteado e ocupado; e outro setor censitário em Piraquara que abriga o condomínio fechado chamado o Recanto, com ocupações iniciais. No AP de Florianópolis, um setor censitário se destaca localizado em São José, que abriga um outro condomínio fechado bem extenso, no bairro Bosque das Mansões.

No AP de Curitiba, segundo o Censo de 2010, os setores censitários cujas rendas médias estavam acima de 15 salários mínimos, ficam próximos ao centro, em seus arredores e próximos aos eixos estruturais da cidade. Inclusive com a curiosidade que os setores censitários do bairro centro não apresentam as maiores rendas, se concentram tons entre o laranja e azulados. Os bairros que apresentam os setores com as médias de maiores rendas são: a oeste da cidade seguindo o eixo estrutural: Bigorriho, Santo Inácio, Orleans, Seminário, Campina do Siqueira, Campo Comprido; a leste seguindo o eixo estrutural: Santa Candida, Boa Vista, Hugo Lange, Bacacheri, Jardim Social, Juvevê e Cabral; ao sul no eixo estrutural: Água Verde, Vila Izabel e Portão. Nas proximidades do centro: Batel, Alto da Glória, Ahú, Alto da XV, Centro Cívico, Bom Retiro e Cristo Rei.

Há um padrão de diferenciamento de expansão de tons azulados acima de cinco salários mínimos, em um eixo a sudeste do Centro, nos bairros: Jardim Botânico, Jardim das Américas e Guabirota, e também na extremidade norte do município, nos bairros: São Lourenço, Santa Felicidade e São João. Nas demais cidades do arranjo, as médias e maiores rendas, como dito anteriormente, se concentram no centro e arredores de São José dos Pinhais, centro de Araucária e centro de Pinhais. Em Florianópolis, num geral há uma média de tons mais azulados na Ilha, e também segundo o Censo de 2010, as maiores rendas concentram-se no Centro e no bairro Agrônômica, próximos à Avenida Beira Mar Norte, em direção ao norte da Ilha, nos bairros: Santo Antônio de Lisboa, João Paulo, Cacupé, Jurerê, Ingleses; no meio da ilha, próxima a UFSC, nos bairros: Itacorubi, Santa Mônica, e na direção leste, nos bairros: Lagoa da Conceição, Rio Tavares. Há uma tendência de tons azulados também na parte continental de Florianópolis, em bairros como: Coqueiros, Estreito, Balneário, etc.

Já com relação à situação do extremo oposto, ou seja, dos setores com renda média inferior a três salários mínimos encontramos a seguinte situação: em Curitiba eles representavam 32,5% do total do número de setores censitários e 65,88% destes estão fora do município de Curitiba; em Florianópolis representavam um total de 14,08% do total do número de setores sendo que 85,11% destes ficavam nos municípios do aglomerado, com exceção de Florianópolis. Há, portanto, em 2010, uma proporção maior de setores com renda inferior a três salários mínimos no Arranjo de Curitiba. Já em Florianópolis, apesar do número de setores nessa faixa de renda ser muito menor do que em Curitiba, a grande maioria encontra-se fora da ilha, dispersos nos demais municípios do arranjo.

No arranjo populacional de Florianópolis, Henrique (2007), já identificava um processo de divisão territorial do trabalho que influencia certamente nestes nós de concentração de renda na metrópole. O autor apresenta Florianópolis, a partir desta ótica do centro administrativo e político, com destaque no setor terciário; São José, como o centro industrial; Biguaçu nas margens norte da metrópole como polo de serviços microrregional devido a vizinhança com Governador Celso Ramos e Antônio Carlos; e por fim, Palhoça que na expansão sul do arranjo com seu caráter de subcentro industrial e de serviços apresenta uma importante fragmentação socioespacial, com presença no setor de educação superior no bairro Pedra Branca, pontuado no mapa em azul escuro.

Tal dimensão aponta que se pode vincular ao conceito de fragmentação, que sintetizado e trabalhado por Sposito e Sposito (2020) dentre outras concepções, a importância de produtores imobiliários com a produção de “áreas mistas”, destinadas a atividades de comércio, serviços e moradia e ao aparecimento de “enclaves socialmente dissonantes no seio de tecidos com certa homogeneidade morfosocial, havendo contiguidade sem continuidade. Em ambas as propostas que incluem na conceituação da fragmentação revela-se na realidade dos dois Arranjos Populacionais. Segue-se como perspectiva continuada de pesquisa, um aprofundamento sobre tais fragmentação e realidades de descontinuidades nas duas metrópoles, inclusive com dados mais atualizados.

4. Considerações Finais

A escolha pela análise comparativa de duas metrópoles do Sul do País, que fazem parte da mesma rede de influência, tem como interesse principal abrir possibilidades de estudo para compreensão da diversidade no processo de metropolização brasileiro. Assim, buscou-se pela análise da renda nos aglomerados urbanos de Curitiba e Florianópolis, verificar como a intensificação das características metropolitanas, em ambos os casos, reflete na distribuição das classes sociais nos territórios analisados.

Entende-se que uma análise mais profunda utilizando mais fatores como referência, dará mais recursos para uma análise mais precisa. Porém, a visualização da distribuição da renda por setor censitário, comparando os dois períodos, 2000 e 2010, e considerando os contextos em relação à metropolização das duas Cidades estudadas, revelou alguns aspectos que devem ser pontuados.

Em primeiro lugar, em relação ao ano de 2010, o AP de Curitiba já consolidada como metrópole, percebemos uma grande mancha com os menores rendimentos na extremidade geral norte e sul do arranjo, e Florianópolis mantém a tendência de concentração de renda no núcleo, mas com menos setores de renda inferior. Apesar da segregação social percebida, em ambos os casos há uma tendência de homogeneização que impacta na ampliação dos setores de menor renda para além do núcleo metropolitano.

Se comparado, por exemplo, Florianópolis nos dois anos, com intensificação da metropolização, a região passa a ter uma tendência a rendas menores em 2010 com relação a 2000, quando havia uma maior diversidade das rendas nos setores censitários. Por fim, se repete a cena nacional onde fica evidenciado a concentração das classes de maior renda nos núcleos das metrópoles. Há nos municípios que compõem o aglomerado, um avanço das manchas de menor renda conforme se afastam das capitais: em Curitiba especificamente a lógica espacial radial centro periferia prevalece, ao contrário do AP de Florianópolis que obedece com maior proximidade a uma lógica espacial fragmentária e dispersa.

5. Referências

- ASCHER, François. **Los nuevos principios del urbanismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.
- BRANCO, Maria. Laura. C. FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini. Freitas. MOURA, Rosa. **Movimento Pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos**. São Paulo em Perspectiva, v.19, n. 4, p.121-133, out/dez. 2005.
- BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.
- BRENNER, Neil. **New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood**. Nova York: Oxford University Press Inc., 2004.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- CORRÊA, R. L. O Estudo da Rede Urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.50, n.2, p.107-124, 1988.
- CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DIAS, Leila Christina. Os sentidos das Redes. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. L. (orgs.) **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p.11-28.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CORREA, R. L. CASTRO, I. E. GOMES, P. C. da C. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 141-162.
- EGLER, Claudio. A. MENDER, Constantino Cronemberger. FURTADO, Bernardo Alves. PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. Bases Conceituais da Rede Urbana Brasileira: Análise dos estudos de referência. PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. FURTADO, Bernardo Alves (orgs.) **Dinâmica Urbano-Regional: Rede Urbana e suas interfaces**. Brasília: Ipea, 2011.
- FREITAS-FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de. **A contribuição do IBGE para as leituras do território nacional na perspectiva da metropolização do espaço**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 64, p. 93–108, 2019.
- FREITAS-FIRKOWSKI, O. L. C. de. Elementos para a apreensão da dimensão regional do urbano-metropolitano na atualidade. **Confins. Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 44. 2020.
- FREITAS-FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de. **A Nova Lógica de Localização Industrial no Aglomerado Metropolitano de Curitiba**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 103, jul./dez. 2002. 79-100.
- FERREIRA, Heloisa. Maria. Análise Crítica da noção de Policentrismo: Uma Contribuição ao estudo da centralidade em cidades Médias. **GEoGraphia** v. 20, n. 44, Niterói, UFF, p.98-112, 2018.
- FERRIER, Jean-paul. **Pour une théorie (géographique) de la métropolisation**. Cahiers de la métropolisation, [s. l.], v. 1, p. 41–51, 2001.
- FIESC. **Observatório FIESC**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://observatorio.fiesc.com.br/indicadores/municipios>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2a ed.ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- HENRIQUE, Wendell. A recente metropolização em Santa Catarina: Processo geográfico-territorial ou apenas um limite político-administrativo? **GeoTextos**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. Vol. 3, pp 47-65. 2007.
- IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972
- IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades: 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IBGE. **Regiões de influência das Cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IPEA. **Adequação dos Arranjos de Governança Metropolitana ao Estatuto da MetrÓpole e Subsídios à Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs): Região Metropolitana de Florianópolis**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.
- LENCIONI, Sandra. **MetrÓpole, metropolização e regionalização**. 1.ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- MOURA, Rosa. Lacuna institucional da Metropolização: considerações sobre a Região Sul. **Cadernos MetrÓpole**, n. 8, p. 33-57, 2002.

MOURA, Rousa. FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini. de Freitas. **Espaços Metropolitanos:** processos, configurações, metodologias e perspectivas emergentes. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

SPOSITO, Eliseu S. SPOSITO, Maria E. B. Fragmentação Socioespacial. **Mercator**. Fortaleza: UFC, Vol. 19. pp.1-13. 2020